



## PÁSSARO CIVIL AVANÇA

Envie seus telegramas urgente.

A Comissão de Sistematização tem até o dia 09 de Setembro para apresentar o novo anteprojeto da futura Constituição. A Emenda Pássaro Civil já foi representada nessa 5ª fase dos trabalhos da Comissão.

Nesse momento é fundamental que a categoria envie telegramas solicitando apoio ao presidente da Comissão - Afonso Arinos; ao relator, Bernardo Cabral; e aos seguintes constituintes: Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim, Adolfo de Oliveira e José Inácio Ferreira.

Companheiro, o seu telegrama decide o rumo da nossa luta pela Desvinculação da Aviação Civil da esfera do ministério militar.

Com o êxito dessa luta abriremos espaço para aperfeiçoar nossa Regulação profissional, e criaremos melhores condições de trabalho para o conjunto da categoria. Como você poderá ler no artigo ao lado, nossa luta avança. Envie o seu telegrama ainda hoje. O tempo corre contra os interesses da categoria, temos até o dia 05 de Setembro de prazo para os telegramas. O CEP de Brasília é 70.160; endereço: Congresso Nacional. Bastam estes dados e o nome dos constituintes que citamos acima. Uma proposta de texto para o telegrama: Solicito ilustre constituinte apoio proposta Pássaro Civil - desvinculação da Aviação Civil do Ministério Militar. Saudações.

A - 2 — OPINIÃO — Quinta-feira, 20 de agosto de 1987

## FOLHA DE S. PAULO

### A espada e a lei

#### Brasília

Depois de fazer aprovar quase todas as teses de seu interesse nas fases iniciais do Congresso constituinte, o influente "lobby" militar se vê agora na iminência de amargas derrotas. Sem alarde, ganham espaço propostas que implicam reduzir o poder das Forças Armadas — cujos chefes resistem à idéia de se limitar a funções profissionais.

A mais importante dessas propostas — a que se materializa no substitutivo que o relator Bernardo Cabral vai encaminhar na próxima semana à Comissão de Sistematização — é a extinção do Conselho de Segurança Nacional, com a criação, em seu lugar, de um Conselho da República em que os militares teriam um único representante.

É extinta também a tutela do Exército sobre as Polícias Militares, que passam a se subordinar apenas aos governos estaduais. Seria o primeiro passo para que as PMs voltem a exercer com exclusividade sua tarefa de defender a população. Atualmente elas estão voltadas em grande medida para a chamada "ordem interna" — um antigo membro do governo Montoro dizia antontem que, numa visita à academia onde se formam os oficiais da PM, descobriu que cerca de 30% do currículo eram destinados à "ideologia da segurança nacional".

A Aeronáutica também perde terreno, com a passagem do DAC (Departamento da Aviação Civil) para o Ministério dos Transportes. Mas o

ponto que provoca maior irritação nos quartéis é a anistia aos militares cassados após 1964 — a ponto de o ministro do Exército, general Leonidas, dizer que as Forças Armadas "não aceitarão" essa medida se adotada pela Constituinte.

Pelo substitutivo, os anistiados não poderão regressar à tropa nem receberão os pagamentos atrasados (recebem só a partir de agora, nos postos a que teriam direito, na reserva). Mas não há como disfarçar o sentido político dessa anistia: "É um julgamento em que se condena o movimento de 1964 e se absolve, como injustiçados, os que foram punidos por ele". A afirmação, feita ontem, é do professor da Unicamp e coronel da reserva Geraldo Cavagnari, um veemente crítico da interferência militar nos assuntos de Estado e defensor da anistia.

Para completar, o projeto instaura o parlamentarismo, sistema que vem sendo enfaticamente condenado pelos ministros militares (afinal, é mais fácil pressionar um presidente do que um Parlamento inteiro). O substitutivo contém ainda uma agravante: os ministros militares estão sujeitos, do mesmo modo que os civis, a serem demitidos pelos deputados.

Igor Fuser

